



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

Empenho contra a fome

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), o de número 2 visa acabar com a fome e a desnutrição até 2030, garantindo que as pessoas, especialmente crianças, tenham alimentos suficientes durante todo o ano. O Brasil é signatário dos ODS, assim como outros 192 países.

A meta é ambiciosa – alguns diriam até utópica –, mas, aqui no Brasil, retomamos o caminho de combate à fome e estamos avançando contra esse flagelo. Em 2024, 2,2 milhões de lares saíram da insegurança alimentar, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo IBGE na semana passada. Um recuo de 27,6% para 24,2% entre 2023 e 2024.

Os dados do IBGE foram divulgados menos de três meses após a FAO/ONU anunciar que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome. O país já tinha deixado essa lista sombria em 2014, mas retornou em 2021.

Mesmo com o enfrentamento à fome como uma das prioridades do atual governo, ainda havia 6,48 milhões de pessoas, em 2024, atingidas por essa calamidade. O número – embora signifique o menor nível de brasileiros nessa situação desde 2004 – é absurdamente alto. E torna-se inaceitável em se tratando de um país que figura entre os principais produtores de alimentos do mundo.

Mas estamos vendo progressos. Isso nos dá esperança de, enfim, alcançarmos a segurança alimentar no nosso país. Se não até 2030, ao menos o mais próximo possível disso.

(Cida Barbosa, 16.10.2025.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio>. Adaptado)

01. Tendo como referência os dados apresentados no texto, pode-se afirmar sobre o enfrentamento da fome no Brasil que

- (A) o recrudescimento desse problema no país decorre da produção de alimentos, notadamente com limitações.
- (B) o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 2, da Organização das Nações Unidas, está prestes a ser atingindo.
- (C) o país tem se empenhado pouco para acabar com a fome, que deve atingir mais pessoas nas próximas décadas.
- (D) a insegurança alimentar se tornou problema de poucos, o que revela a sua superação antes da previsão da ONU.
- (E) o problema vem diminuindo, todavia ainda há um número expressivo de pessoas expostas à insegurança alimentar.

02. Na frase do 1º parágrafo “O Brasil é **signatário** dos ODS, assim como outros 192 países.”, o termo destacado indica que o Brasil

- (A) mantém relação informal com os ODS.
- (B) foi o país proponente dos ODS.
- (C) segue à margem da maioria dos ODS.
- (D) está comprometido com todos os ODS.
- (E) foi o último país a aceitar os ODS.

03. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) ... acabar com a fome e a **desnutrição** até 2030... (1º parágrafo)
- (B) ... e estamos avançando contra esse **flagelo**. (2º parágrafo)
- (C) O **país** já tinha deixado essa lista sombria... (3º parágrafo)
- (D) ... o **menor** nível de brasileiros nessa situação... (4º parágrafo)
- (E) ... enfim, alcançarmos a segurança **alimentar**... (5º parágrafo)

04. Considere as seguintes passagens:

- A meta é **ambiciosa** – alguns diriam até **utópica**... (2º parágrafo)
- Mesmo com o enfrentamento à fome como uma das **prioridades** do atual governo... (4º parágrafo)
- E torna-se **inaceitável** em se tratando de um país que figura entre os principais produtores de alimentos do mundo. (4º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) destemida; inverossímil; necessidades; insigne.
- (B) valorosa; plausível; emergências; inarredável.
- (C) corajosa; quimérica; primazias; inadmissível.
- (D) reservada; fantasiosa; obrigações; imprudente.
- (E) arrojada; prescindível; preferências; intolerável.

05. A colocação pronominal atende à norma-padrão em:

- (A) A meta de acabar com a fome é ambiciosa. Diria-se até que é utópica, segundo o ponto de vista de algumas pessoas.
- (B) Se estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e o Brasil e outros 192 países são signatários dos ODS.
- (C) Caso não alcance-se a segurança alimentar no Brasil até 2030, ao menos que isso ocorra o mais próximo desse período.
- (D) Com os ODS, é esperado que se garantam alimentos suficientes durante todo o ano às pessoas, especialmente crianças.
- (E) Tendo divulgado-se os dados do IBGE, em 2025, foi constatado que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome.

Leia o trecho da crônica de Kalaf Epalanga para responder às questões de **06 a 10**:

Banho de caneca

Não me canso, o angolano é o meu assunto favorito. Reparem bem, o lúcido afeto que lhe dedico é umbilical. E como o amor, ainda que cego, é exigente, não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido com uma coragem arrebatadora, engenhoso no alto da sua miséria semi-institucionalizada, de sorriso aberto, mestre de esquemas e especialista na arte do banho de caneca. Desde muito cedo, desde o meu tempo da bola de gude e do bica bidon¹, que soube que o mundo cabe dentro de um alguidar com água, o mesmo no qual ainda hoje muitos chacoalham o seu amanhecer madrugador.

Ah, se essas bacias falassem! Realmente certas coisas são como andar de bicicleta, nunca se esquecem. Amanheci na minha Benguela² materna e me bastou ver aquela bacia repousando ao lado da sua eterna companheira, a caneca, para que as memórias se tornassem palpáveis. Não há lar, seja ele um palácio ou um barraco de adobe³ e pau a pique, que não exiba esse indispensável utensílio. Tão democrático e unificador que até hoje me espanto porque é que ainda não foi consagrado a monumento, talvez monumento seja exagero, mas o alguidar e a caneca já mereciam um semba⁴ que lhes servisse de ode. Sim, porque não são só as classes menos favorecidas que se dedicam a esse ritual. Todo o lar, seja ele de um ministro, de uma zungueira⁵ e até, por ironia, de um funcionário das Águas de Angola, desde que tenham torneiras no silêncio, conhecem a arte do banho de caneca.

(Kalaf Epalanga, *Minha pátria é a língua portuguesa: crônicas*, 2023)

¹ **Bidon**: brincadeira angolana em que um jogador, o “segurança”, precisa defender uma garrafa ou “bidon” (bidão) no chão, enquanto os outros jogadores tentam chutá-la.

² **Benguela**: cidade angolana.

³ **Adobe**: tijolo de argila.

⁴ **Semba**: movimento de dança que consiste no embate, de frente, entre dois dançarinos; umbigada.

⁵ **Zungueira**: vendedora ambulante.

06. De acordo com o texto, o retorno do narrador à cidade materna foi marcado

- (A) pela falta de água, como em sua infância, o que lhe trouxe a recordação da bacia e da caneca.
- (B) pelas recordações, dentre as quais ele destaca como referência cultural o banho de caneca.
- (C) pela saudade do semba, arte de sua terra que ele lamenta ser apreciada só pela classe alta.
- (D) pela comemoração à arte do banho de caneca, ao qual o povo consagrou um monumento.
- (E) pelas lembranças melancólicas do passado, como brincar de bola de gude e de bica bidon.

07. Na passagem do 1º parágrafo “... não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido com uma coragem arrebatadora, engenhoso no alto da sua miséria semi-institucionalizada, de sorriso aberto, mestre de esquemas e especialista na arte do banho de caneca.”, o narrador

- (A) admite o subdesenvolvimento de seu povo, mas contrapõe a isso qualidades que reforçam seu comportamento resiliente.
- (B) visa enfatizar o caráter pouco maleável de seu povo, que provavelmente advém de sua condição de subdesenvolvimento.
- (C) contrapõe às qualidades de seu povo os defeitos, na intenção de justificar a dificuldade deste em lidar com as adversidades.
- (D) nega veementemente a ideia de que seu povo seja subdesenvolvido, já que tudo para este se mostra democrático e unificador.
- (E) questiona se o povo é, de fato, desenvolvido, uma vez que as estratégias deste para enfrentar os problemas sejam muito simples.

08. Considere as seguintes passagens:

- E **como** o amor, **ainda que** cego, é exigente, não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido... (1º parágrafo)
- Todo o lar, seja ele de um ministro, de uma zungueira e até, por ironia, de um funcionário das Águas de Angola, **desde que** tenham torneiras no silêncio, conhecem a arte do banho de caneca. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de

- (A) conformidade; causa; tempo.
- (B) comparação; causa; condição.
- (C) causa; oposição; condição.
- (D) comparação; finalidade; tempo.
- (E) causa; oposição; consequência.

09. A concordância e a regência estão de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Em Benguela, aqueles que se dedicam ao trabalho diário logo ao amanhecer contam, muitas vezes, com a bacia e a caneca.
- (B) A bola de gude e o bica bidon eram brincadeira da minha infância, as quais não me esqueço, por isso há bastante memórias em Benguela.
- (C) Ninguém discorda com a ideia de que os angolanos são um povo engenhoso, por isso se tornou mestre nos esquemas.
- (D) Quando está em silêncio as torneiras em Benguela, e as pessoas anseiam a um banho, recorrem à arte do banho de caneca.
- (E) Sempre soube, desde muito cedo, que cabe todas as coisas dentro de um alguidar. Por isso, a maioria delas a gente nunca esquece.

10. Considere as seguintes passagens:

- Reparem bem, o lúcido afeto que **lhe** dedico é umbilical. (1º parágrafo)
- Ah, se **essas bacias** falassem! (2º parágrafo)
- Sim, porque não são só as classes menos favorecidas que se dedicam a **esse ritual**. (2º parágrafo)

No contexto da crônica, as expressões destacadas têm como referências, correta e respectivamente:

- (A) povo; arte de banho de caneca; criação de uma ode.
- (B) assunto favorito; alguidar com água; consagração.
- (C) amor; miséria; memórias palpáveis.
- (D) angolano; amanhecer; arte do banho de caneca.
- (E) angolano; alguidar; banho de caneca.

11. Segundo informação publicada na página eletrônica da Secretaria da Saúde de Nova Odessa, o município recebeu, do governo federal, uma verba para ser aplicada em melhorias na saúde. De acordo com o secretário municipal de saúde de Nova Odessa, do montante total recebido, certo valor será utilizado em exames de alta complexidade para diagnósticos, e o valor restante, que corresponde à maior parte, será empregado em insumos de uso diário na UTI.

Sabendo que a razão entre as duas partes identificadas é $\frac{2}{3}$, o valor que será utilizado em exames de alta com-

plexidade corresponde, do total recebido, a

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%
- (E) 45%

12. Em três dias, foram fabricadas 1.452 unidades de determinado produto. No segundo dia, foi fabricado o dobro do número de unidades fabricadas no primeiro dia, enquanto, no terceiro dia, foi fabricado o número de unidades fabricadas no segundo dia, acrescido da metade desse número.

O número de unidades que foram fabricadas no segundo dia foi

- (A) 726.
- (B) 484.
- (C) 376.
- (D) 363.
- (E) 242.

13. Certa verba recebida do governo estadual foi dividida entre três secretarias municipais de um mesmo município da seguinte forma: a terça parte da verba ficou com a secretaria 1; três quintos do que não ficou com a secretaria 1 ficou com a secretaria 2; o restante, que correspondia a 1,5 milhão de reais, ficou com a secretaria 3.

A verba recebida do governo estadual, em milhões de reais, foi de

- (A) 3,214.
- (B) 3,625.
- (C) 4,625.
- (D) 5,125.
- (E) 5,625.

14. A impressão de certa quantidade de material em uma gráfica é feita por impressoras do mesmo tipo, trabalhando ao mesmo tempo, e com a mesma capacidade de impressão. Para a impressão dessa quantidade de material, utilizam-se 4 impressoras trabalhando simultaneamente e de forma ininterrupta por 5 horas. Na última vez em que se produziu essa quantidade de material, utilizaram-se apenas 3 impressoras, pois uma das quatro impressoras estava falhando.

Sendo assim, o tempo utilizado para a impressão nessa última vez foi de

- (A) 3 horas e 45 minutos.
 (B) 5 horas e 45 minutos.
 (C) 6 horas e 20 minutos.
 (D) 6 horas e 40 minutos.
 (E) 7 horas e 6 minutos.
15. Fulano e Beltrano trabalham em regime diferenciado. A cada 4 dias sucessivamente trabalhados, Beltrano folga somente no dia seguinte, e a cada 6 dias sucessivamente trabalhados, Fulano folga somente no dia seguinte. No dia 01.03.2026, está previsto que ambos estarão de folga.

Sabendo que Fulano e Beltrano trabalham e folgam independentemente de os dias serem úteis ou não, o dia imediatamente após 01.03.2026 em que ambos estarão simultaneamente de folga será em

- (A) 02.04.2026.
 (B) 03.04.2026.
 (C) 04.04.2026.
 (D) 05.04.2026.
 (E) 06.04.2026.
16. A tabela a seguir apresenta algumas informações mensais, do último trimestre de 2025, sobre o controle de unidades de certo produto X em determinado estoque. Como pode ser identificado na tabela, três dados foram omitidos:

Controle de unidades do produto X em estoque (último trimestre de 2025)			
	Outubro	Novembro	Dezembro
Estoque inicial	280	210	
Consumo	420		580
Compra	350	600	
Estoque final	210	330	110

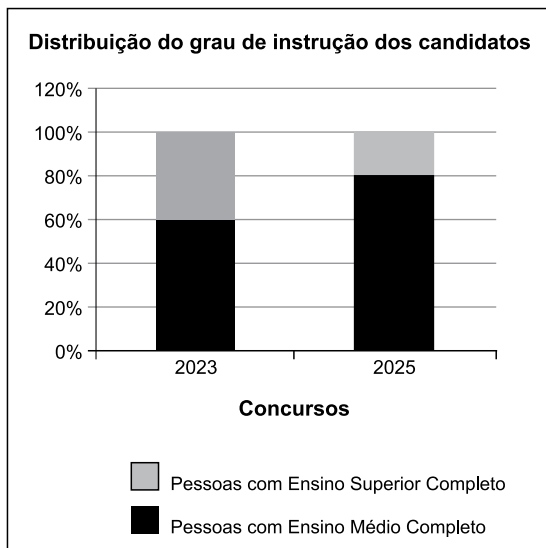
Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a diferença entre o número de unidades consumidas em novembro e o número de unidades compradas em dezembro, do produto X, é de

- (A) 110 unidades.
 (B) 120 unidades.
 (C) 130 unidades.
 (D) 140 unidades.
 (E) 150 unidades.

17. Uma reportagem publicada em outubro de 2025 na internet afirma que, da quantidade de praias pesquisadas no Brasil, 69,3% estão contaminadas por microplástico.

Se, por meio da reportagem, é possível concluir que foram identificadas 710 praias contaminadas por microplástico, então é correto afirmar que a quantidade de praias pesquisadas é um número que está entre

- (A) 920 e 970.
 (B) 970 e 1.020.
 (C) 1.020 e 1.070.
 (D) 1.070 e 1.120.
 (E) 1.120 e 1.170.
18. O gráfico a seguir apresenta informações sobre a distribuição do grau de instrução dos candidatos inscritos nos concursos de 2023 e 2025 para cargos em um mesmo município:



Sabendo que o número de inscritos para o concurso de 2023 foi $\frac{4}{5}$ do número de inscritos para o concurso

de 2025, o número de inscritos com Ensino Superior Completo no concurso de 2025 correspondeu, do número de inscritos com Ensino Superior Completo no concurso de 2023, a

- (A) $\frac{1}{2}$
 (B) $\frac{4}{7}$
 (C) $\frac{5}{8}$
 (D) $\frac{2}{3}$
 (E) $\frac{7}{10}$

19. Considere 8 m^2 a área da superfície plana do tampo de uma grande mesa retangular de reuniões. Uma nova mesa, menor, foi fabricada com a medida da largura correspondendo a $\frac{3}{4}$ e a medida do comprimento correspondendo a $\frac{3}{4}$ das medidas de largura e comprimento da mesa original.

Sendo assim, a área da superfície plana do tampo da menor mesa é de

- (A) $6,0 \text{ m}^2$.
 (B) $4,5 \text{ m}^2$.
 (C) $4,0 \text{ m}^2$.
 (D) $3,5 \text{ m}^2$.
 (E) $2,0 \text{ m}^2$.
20. Considere a figura retangular ABCD:

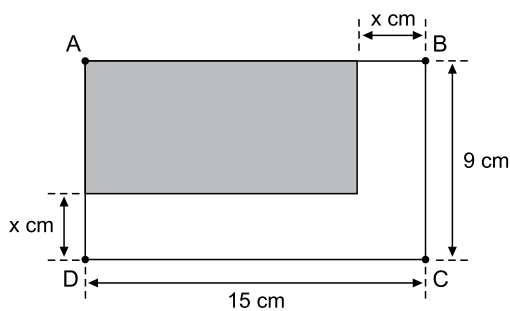


Figura fora de escala

Sabendo-se que a região plana escura, também retangular, tem perímetro de 36 cm , a área dessa região é de

- (A) 64 cm^2 .
 (B) 66 cm^2 .
 (C) 68 cm^2 .
 (D) 70 cm^2 .
 (E) 72 cm^2 .

LEGISLAÇÃO

21. Suponha que a Câmara Municipal de Nova Odessa pretenda aprovar uma proposição destinada a regular matéria político-administrativa de sua competência exclusiva, com efeito externo.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que a referida matéria deve ser veiculada por meio de projeto de

- (A) resolução, aprovada pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgada e sancionada pelo prefeito.
- (B) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgado e sancionado pelo prefeito.
- (C) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em dois turnos de votação, a ser promulgado pelo presidente da câmara, após a sanção do prefeito.
- (D) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgado pelo presidente da câmara, não havendo, nesse caso, sanção do prefeito.
- (E) resolução, aprovada pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgada e sancionada pelo presidente da câmara, não havendo, nesse caso, sanção do prefeito.

22. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que as terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão

- (A) destinadas exclusivamente para doação a pessoas vulneráveis cadastradas em programa municipal de casas populares.
- (B) destinadas prioritariamente a programas de incentivo ao estabelecimento de empresas de pequeno porte.
- (C) destinadas ao atendimento de programas assistenciais criados e aprovados pela Câmara Municipal.
- (D) usadas para a instalação de órgãos públicos destinados a atender necessidades prioritárias da população.
- (E) prioritariamente destinadas ao assentamento da população de baixa renda.

23. Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, assinale a alternativa correta a respeito das obras e serviços municipais.

- (A) A permissão para a prestação de serviço público a título precário será outorgada por decreto do prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de licitação.
- (B) Nenhuma obra pública poderá ter início, ainda que no caso de extrema urgência, sem prévia elaboração de orçamento de seu custo, expressa autorização do chefe do Poder Executivo e demonstrativo dos recursos financeiros para atendimento das respectivas despesas.
- (C) Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município, salvo quando concedidos em caráter permanente, incumbindo aos que os executam sua atualização e adequação às necessidades dos usuários.
- (D) As tarifas dos serviços públicos, que deverão buscar a máxima remuneração à Administração Pública, serão fixadas pelo Executivo por meio de decreto, que deverá prever os meios de reajuste anual das respectivas tarifas.
- (E) As tarifas dos serviços públicos prestados pelo Município serão fixadas pela Câmara Municipal, cabendo ao prefeito definir os serviços que serão remunerados abaixo do custo, tendo em vista interesse econômico e social da população.

24. Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa, é correto afirmar que a função de controle da câmara é de caráter

- (A) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e vereadores, excetuando-se os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- (B) administrativo e exercida em relação aos auxiliares diretos, assessores, secretários municipais e agentes administrativos, excetuando-se o prefeito e vereadores, cujo controle é exercido pelo Poder Judiciário.
- (C) político e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais e Mesa do Legislativo, excetuando-se os vereadores e os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- (D) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e os agentes administrativos, excetuando-se os vereadores sujeitos à ação hierárquica.
- (E) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e vereadores, incluindo-se os agentes administrativos no exercício de sua função atípica.

25. No caso de um projeto de lei regularmente encaminhado às comissões permanentes, que possuem a competência para se manifestar sobre a respectiva matéria, tendo sido esgotados os prazos concedidos às comissões sem que haja manifestação delas sobre a matéria a elas encaminhada, o Regimento Interno da Câmara Municipal dispõe que

- (A) o projeto de lei será arquivado, cabendo recurso do parlamentar autor da proposição à presidência da Casa Legislativa no prazo improrrogável de 7 (sete) dias.
- (B) o presidente da câmara terá a prerrogativa de determinar de ofício a remessa da proposição diretamente ao Plenário para discussão e votação.
- (C) o presidente da câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário, designará um relator especial para exarar parecer dentro do prazo improrrogável de sete dias.
- (D) os demais projetos em tramitação na Casa Legislativa ficarão sobrestados até que as comissões permanentes se manifestem sobre a referida proposição.
- (E) o vereador autor da proposição ou o prefeito, no caso de projeto de iniciativa do chefe do Poder Executivo, poderá solicitar que seja estabelecido o prazo suplementar de 7 (sete) dias para que as comissões se manifestem sobre a proposição, sob a pena de o projeto ser encaminhado diretamente ao Plenário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

26. Karina é responsável pelo controle interno de um órgão municipal, e, durante uma fiscalização orçamentária, tomou conhecimento de determinada irregularidade.

De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, cabe à ela dar ciência dessa irregularidade

- (A) à Controladoria Geral da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) à Controladoria Geral da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (C) ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) ao Ministério Público da União, sob pena de responsabilidade solidária.

27. Anualmente, os prefeitos devem prestar contas, cabendo a emissão de parecer prévio pelos Tribunais de Contas. No julgamento feito pelas Câmaras Municipais, esses pareceres poderão deixar de prevalecer por decisão de

- (A) três quintos dos vereadores da Casa legislativa.
- (B) dois terços dos vereadores da Casa legislativa.
- (C) todos os vereadores presentes no dia do julgamento.
- (D) metade mais um dos vereadores presentes no dia do julgamento.
- (E) metade mais um dos vereadores da Casa legislativa.

28. A administração de uma Prefeitura criou, com a devida autorização do poder Legislativo, uma sociedade de economia mista, cujo registro de seus atos constitutivos foi realizado perante a Junta Comercial do respectivo Estado, validando a existência da pessoa jurídica de direito privado.

O controle realizado por esse órgão da administração direta sobre essa entidade criada é denominado também como

- (A) tutela administrativa, pois se baseia nas atividades finalísticas.
- (B) hierárquico, pois se baseia na relação de hierarquia existente.
- (C) externo, pois se baseia em uma relação entre órgãos distintos.
- (D) autotutela, pois se baseia na possibilidade de revogação do ato caso seja ilegal.
- (E) judicial, pois se baseia na análise da conveniência e oportunidade do ato.

29. Ficou comprovado que um representante de uma organização privada prometeu propina a um agente público em troca de um benefício, o que se constitui como um ato lesivo à administração pública. Como uma das sanções aplicadas na esfera administrativa, caberá multa em valor calculado a partir do faturamento bruto da empresa relativo ao último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Ainda, sendo possível sua estimativa, a multa não poderá ser menor que a vantagem auferida.

Essa pessoa jurídica pagará multa, com base no referido faturamento, no valor entre

- (A) 0,1% a 15%.
- (B) 0,5% a 15%
- (C) 0,1% a 20%.
- (D) 0,5% a 20%.
- (E) 1% a 20%.

30. Paula encaminhou pedido de acesso à informação pública por meio do portal da Câmara de Vereadores do município onde ela reside. No entanto, o órgão não conseguiu conceder o acesso imediato à informação requerida, pois os servidores públicos verificaram que tal informação estava indisponível no momento.

Frente a essa situação, sem considerar a possibilidade de prorrogação de prazo, a Câmara Municipal deverá retornar ao pedido de Paula em até

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 20 dias.

31. Considere que Mariluz é servidora pública do Município ABC e recebeu, indiretamente, vantagem indevida para fazer declaração falsa sobre dado técnico relacionado a obra pública de construção de uma ponte municipal. Silvio, também servidor público, tomou conhecimento da conduta dela por meio de Ovídio, representante legal da pessoa jurídica responsável pela referida obra, que afirmou durante um almoço que “a obra da ponte só terminou porque Mariluz declarou no sistema interno da prefeitura que o escopo já havia sido concluído, mas que, na verdade, ainda faltava o reforço estrutural”. Ao ouvir a declaração, Silvio ligou a afirmação ao fato de que a filha de Mariluz recentemente havia comprado uma casa nova para a mãe e, imediatamente, dirigiu-se até o Ministério Público para realizar uma denúncia. Após a investigação preliminar, mas antes de ajuizar a ação por improbidade administrativa, o membro do Ministério Público formulou em caráter antecedente pedido de indisponibilidade dos bens de Mariluz, a fim de assegurar o ressarcimento pelo acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- (A) como Mariluz praticou ato de improbidade administrativa expressamente previsto na lei, dispensa-se a comprovação do dolo, sendo suficiente a voluntariedade da agente.
- (B) como não houve prejuízo ao erário, e sim enriquecimento ilícito de Mariluz, não se verifica ato de improbidade administrativa, mas apenas ilícito civil.
- (C) Silvio agiu corretamente ao realizar a denúncia perante o Ministério Público, uma vez que este é o único legitimado ativo para propor ação de improbidade administrativa.
- (D) se for decretada a indisponibilidade dos bens, Mariluz poderá requerer a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- (E) o pedido de indisponibilidade dos bens foi indevidamente realizado, pois não é admitido em caráter antecedente e exclusivamente para garantir a integral recomposição do erário, nos termos da recente alteração legislativa.

32. Suponha que a *Sociedade de Economia Mista Trânsito e Transporte N.O.* (SEMTT) é pessoa jurídica de direito privado, tem capital social majoritariamente público, e é integrante da Administração Indireta do Município de Nova Odessa. Com o fim de tornar o policiamento do trânsito mais eficiente, Alan, prefeito do referido município, deseja delegar a fiscalização do trânsito à *Sociedade de Economia Mista Trânsito e Transporte N.O.*

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a delegação é admitida, desde que por meio de contrato escrito.
- (B) como se trata de pessoa jurídica de direito privado, não é possível delegar o poder de polícia.
- (C) todas as quatro fases que compõem o ciclo de polícia são delegáveis à SEMTT, já que se trata de ente integrante da administração indireta.
- (D) se admite a delegação do poder de polícia, por meio de lei, à SEMTT, desde que ela preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- (E) a delegação é admitida, desde que a SEMTT preste o serviço público com excelência previamente comprovada por parâmetros objetivos.

33. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 13.019/2014.

- (A) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social implicará, necessariamente, na execução do chamamento público, que acontecerá no momento que atender os interesses da administração.
- (B) A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.
- (C) A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização pelo cidadão que demonstrar interesse por meio da formalização de prévio requerimento administrativo escrito.
- (D) Prescreve em cinco anos, contados a partir da data do julgamento da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- (E) O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa e para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros e de servidores públicos.

34. Suponha que o Município X, após o devido procedimento licitatório, assinou contrato administrativo com a *Mais Construções Ltda.* para construção de uma escola municipal. Durante a execução do contrato, a empresa prestou uma declaração falsa e, após o devido processo legal, foi apenada com a declaração de inidoneidade para licitar. Passados três anos da aplicação da referida penalidade, a empresa *Mais Construções Ltda.* deseja se reabilitar.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a reabilitação, em caso de declaração de inidoneidade, depende do transcurso de pelo menos cinco anos, contados do encerramento do processo administrativo que aplicou a penalidade.
- (B) quando o pedido de reabilitação decorrer da aplicação da penalidade de inidoneidade para licitar, é preciso que o interessado realize o pagamento de multa no valor de 2% (dois por cento) do contrato.
- (C) além do cumprimento de outras condições, a empresa *Mais Construções Ltda.* deverá demonstrar que houve a implantação ou aperfeiçoamento do programa de integridade.
- (D) a reabilitação da empresa *Mais Construções Ltda.* depende de análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos e protocolo do pedido perante a autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a penalidade.
- (E) a reabilitação, em caso de declaração de inidoneidade, depende do transcurso de pelo menos três anos, contados do encerramento do processo administrativo que aplicou a penalidade.

35. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, a sociedade de propósito específico

- (A) poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
- (B) deverá ser constituída até trinta dias após a celebração do contrato e terá a obrigação de implantar e gerir o objeto da parceria.
- (C) pode ter como titular da maioria do capital votante a Administração Pública, desde que haja prévia motivação na supremacia do interesse público.
- (D) poderá adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamentação expedida previamente pela Administração Pública.
- (E) por ser pessoa jurídica de direito privado, pode ter seu controle transferido, independentemente de prévia autorização expressa da Administração Pública.

36. Analise o extrato de uma demonstração contábil de uma entidade pública:

Conta	Valor (em R\$)
Aluguéis a pagar	3.000
Caixa	3.000
Empréstimos a pagar de longo prazo	3.000
Estoques	1.000
Fornecedores	1.000
Imobilizado	20.000
Investimentos	10.000
Obrigações trabalhistas	6.000

Com base nas contas apresentadas, o total do ativo e o total do passivo correspondem, respectivamente, a

- (A) R\$ 14.000,00 e R\$ 33.000,00.
(B) R\$ 35.000,00 e R\$ 12.000,00.
(C) R\$ 15.000,00 e R\$ 32.000,00.
(D) R\$ 13.000,00 e R\$ 34.000,00.
(E) R\$ 34.000,00 e R\$ 13.000,00.
37. Restos a pagar são despesas que foram empenhadas, mas não pagas até o fim do exercício financeiro, e seu acúmulo pode impactar negativamente nas finanças dos entes federativos. Ao consultar os valores dos restos a pagar do seu município por meio do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados, Rafael verificou que esses quadros compõem
- (A) o Balanço Orçamentário.
(B) o Balanço Financeiro.
(C) o Balanço Patrimonial.
(D) a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
(E) a Demonstração das Variações Patrimoniais.

38. Para a qualificação econômico-financeira em um processo de licitação, uma das empresas licitantes apresentou os documentos legalmente exigidos, a exemplo de uma demonstração contábil cujo extrato encontra-se a seguir:

Demonstração Contábil da Empresa Licitante A			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	30.000	Passivo Circulante	40.000
Ativo Não Circulante	50.000	Passivo Não Circulante	30.000
		Patrimônio Líquido	10.000
Total	80.000	Total	80.000

A partir da análise dessas contas, o índice de liquidez corrente dessa empresa é igual a

- (A) 0,37.
 (B) 0,75.
 (C) 1.
 (D) 1,14.
 (E) 1,66.
39. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam, ou seja, patrimonial, orçamentária e controle. Ainda, as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos, sendo o 1º nível, a classe, e o 2º nível, o grupo.
- Dito isso, o grupo 7.3 – Dívida Ativa pertence à seguinte classe:
- (A) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
 (B) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 (C) Variações Patrimoniais Diminutivas.
 (D) Controles Devedores.
 (E) Controles Credores.
40. Um órgão público realizou o cálculo da depreciação de um equipamento utilizando o método das cotas constantes.
- Considerando-se como valor de aquisição do equipamento R\$ 50.000,00, a sua vida útil de 8 anos e o seu valor residual de R\$ 5.000,00, a depreciação anual é igual a
- (A) R\$ 10.000,00.
 (B) R\$ 9.998,40.
 (C) R\$ 6.875,00.
 (D) R\$ 6.250,00.
 (E) R\$ 5.625,00.

41. Segundo a Constituição Federal do Brasil, o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

O presente enunciado corresponde ao princípio orçamentário da

- (A) universalidade.
- (B) unidade.
- (C) transparência.
- (D) legalidade.
- (E) anualidade.

42. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- (A) A lei de diretrizes orçamentárias poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- (B) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (C) A despesa total com pessoal será apurada, somando-se a realizada no mês em referência com as dos 24 (vinte e quatro) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- (D) Entende-se por empenho a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (E) Considera-se transferência de capital a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que estabeleça para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.

43. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, compete à União instituir imposto sobre

- (A) propriedade territorial rural.
- (B) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (C) propriedade de veículos automotores.
- (D) propriedade predial e territorial urbana.
- (E) serviços de qualquer natureza.

44. Segundo o Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se contribuinte quando

- (A) sem revestir a condição de corresponsável, sua obrigação decorra de disposição contratual expressa.
- (B) tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (C) obrigada às prestações que constituam o objeto das obrigações acessórias.
- (D) tenha relação pessoal e indireta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (E) sem revestir a condição de corresponsável, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

45. Estabelece a Constituição Federal do Brasil que são leis orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo, a que institui o plano plurianual, a de diretrizes orçamentárias e a que aprova o orçamento anual.

A esse respeito, assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a referida Constituição Federal do Brasil.

- (A) A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (B) A lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo a autorização para abertura de créditos complementares e contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (C) A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (D) A lei orçamentária anual poderá compreender o orçamento da seguridade social, não abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (E) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

NOÇÕES DE AUDITORIA

46. A auditoria externa, diferentemente da auditoria interna,

- (A) tem como objetivo atender às necessidades da administração da entidade.
- (B) pode ser realizada por funcionários da própria entidade, excepcionalmente.
- (C) faz análise contábil e dos controles operacionais da entidade.
- (D) é realizada de forma a revisar continuamente as atividades da entidade.
- (E) emite opinião sobre as demonstrações financeiras da entidade.

47. Um auditor, ao identificar anomalias nas demonstrações contábeis por meio da análise de índices financeiros em períodos distintos, utilizou como procedimento de auditoria a

- (A) revisão analítica.
- (B) circularização.
- (C) observação.
- (D) inspeção física.
- (E) entrevista.

48. O plano plurianual (PPA) de um prefeito contém os programas prioritários para os seus quatro anos de mandato. Entre esses programas, há um que representa a maior promessa de campanha do prefeito e que, inclusive, vem sendo avaliado concomitantemente à implementação quanto aos aspectos de economia, eficiência e eficácia.

Dada essa característica, o órgão de controle vem utilizando como instrumento de fiscalização

- (A) o monitoramento.
- (B) o acompanhamento.
- (C) a inspeção.
- (D) a avaliação.
- (E) o levantamento.

49. Em auditoria, matrizes podem ser compreendidas como quadros ou planilhas que trazem determinados atributos. Situação encontrada, critério, causa e efeito são atributos característicos da matriz de

- (A) planejamento.
- (B) decisão.
- (C) responsabilização.
- (D) achados.
- (E) riscos.

50. Em um relatório, leu-se que o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluiu que as distorções encontradas nas demonstrações contábeis são relevantes, mas não generalizadas.

De acordo com esse relatório, o auditor expressou sua

- (A) opinião não modificada.
- (B) opinião adversa.
- (C) opinião com ressalva.
- (D) dependência de opinião.
- (E) abstenção de opinião.

